

Parecer nº 143/98

Data: 1998.11.04

Processo nº 470

Requerente: Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

1. O Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António solicitou à CADA a emissão de parecer sobre o acesso pretendido, pela Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela - ADRIP. " a documentos relativos a um projecto de loteamento junto à Torre Velha - Praia da Lota", ainda não concluído e que não foi objecto de deliberação municipal.
2. Tais documentos são:
 - Pareceres da Direcção Regional do Ambiente do Algarve;
 - Pareceres da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António;
 - Autorização do Instituto Geográfico Cadastral para deslocar o marco geodésico existente no local.
3. A dúvida que provoca o pedido de parecer assenta no disposto no n.º 5, do artigo 7º da LADA, que difere o acesso "... a documentos constantes de processos não concluídos ou a preparatórios de uma decisão ... até à tomada de decisão ou arquivamento do processo ou ao decurso de um ano após a sua elaboração", em contraposição ao disposto no n.º 1, do artigo 2º, e artigo 4º da Lei n.º 10/87, de 4/04, e n.º 1 do artigo 2º e n.º 1 do artigo 4º do Decreto Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto que, no primeiro diploma, considera os direitos de participação e de parceiros sociais que são conferidos designadamente às associações de defesa de ambiente e, no segundo, estabelece além demais que as decisões que possam ter impacto relevante no ambiente ou outros, com influência na "vida em geral das populações ou agregados populacionais ..." **"devem ser precedidas"** da audição dos cidadãos interessados **e das entidades defensoras dos interesses** que possam vir a ser afectados" por tais decisões. Assim, admitindo pelo Decreto Lei n.º 83/95, a participação procedimental.

4. Ora, o estatuto de parceiro social previsto na Lei n.º 10/87, parece, pela denominação da ADRIP, ser-lhe inteiramente aplicável e, posto que o processo, projecto de loteamento em causa, não esteja concluído "até hoje", como vem referido no pedido de parecer, visto que não foi objecto de deliberação por parte da Câmara solicitante do mesmo, é fora de dúvida que os documentos citados em 2. são de natureza, simplesmente, administrativa, compreendo-se no âmbito do disposto da alínea a) do n.º 1, do artigo 4º, da Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto - LADA, e, como tal, passíveis de conhecimento ou de acesso por forma a que os direitos que assistem àquela Associação, conforme referência em 3., possam ser exercidos.
5. É certo que à CADA compete apreciar no âmbito da Lei n.º 65/93 e, neste sentido, considerando o citado n.º 5, do artigo 7º, os elementos em causa são parte de processo ainda não concluso ou que tenham sido objecto de decisão, o que nos termos do preceito poderia determinar o não acesso.

Contudo, não se pode ficar indiferente à influência que a Associação - ADRIP - pode determinar à decisão.

Termos, em que a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, em acordo com o artigo 20º, da LADA, se considera competente para dar parecer e delibera considerar que deve ser dado acesso, à Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Prorrogação do Património Natural e Cultura de Cacela - ADRIP, aos documentos citados em 2., indicados pelo solicitante do parecer, pois que, mesmo numa fase anterior à tomada de posição pelo Município em causa, podem, pelo seu teor, trazer-lhe influência através da mesma Associação.

Lisboa, 4 de Novembro de 1998.

Francisco de Brito (Relator) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida - Branca do Amaral - Castro Martins (Presidente).